



**DINÂMICA DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO ESTADO DO PARÁ: UMA
LEITURA A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017
DYNAMICS OF LAND TENURE STRUCTURE IN PARÁ: AN ANALYSIS BASED ON
THE 2017 AGRICULTURAL CENSUS**

**Grupo de Trabalho (GT): GT02.Agricultura Familiar, Soberania Alimentar;
Extrativismo na Amazônia.**

Alan Tiago Correa – Universidade Federal do Pará (UFPA), tiagoalan17@gmail.com
*Marinalva Cardoso Maciel - Universidade Federal do Pará (UFPA),
marinalvamaciel@gmail.com;*
*Cassia Karimi Vieira Cativo - Universidade Federal do Pará (UFPA),
karimivieira@hotmail.com;*

Resumo

O estudo analisa a estrutura fundiária no Estado do Pará, considerando os impactos sociais, econômicos e ambientais das políticas de desenvolvimento implementadas desde a década de 1960. O objetivo é compreender a concentração de terras e seus efeitos sobre a dinâmica agrária e as populações locais. A pesquisa é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, utilizando dados do Censo Agropecuário de 2017. São discutidas as mudanças no uso da terra, o avanço da fronteira agrícola e a atuação do Estado no incentivo à agropecuária empresarial, em detrimento da agricultura familiar. Os resultados evidenciam que a concentração fundiária permanece elevada, com grandes propriedades controlando a maior parte das terras. A agricultura familiar, embora essencial para a produção de alimentos e a geração de emprego, enfrenta dificuldades de acesso à terra e a políticas públicas efetivas. Além disso, observa-se que as estratégias de desenvolvimento adotadas priorizaram o agronegócio, resultando em conflitos fundiários e degradação ambiental. Os resultados encontrados destacam a necessidade de políticas públicas que favoreçam a democratização da terra, o fortalecimento da agricultura familiar e a sustentabilidade ambiental. O estudo reforça a importância de um modelo de desenvolvimento que concilie crescimento econômico com justiça social e preservação dos recursos naturais.

Palavras-chave: Estrutura fundiária; Agricultura familiar; Concentração de terras; Desenvolvimento regional.

Abstract

This study analyzes the land structure in the state of Pará, considering the social, economic, and environmental impacts of development policies implemented since the 1960s. The objective is to understand land concentration and its effects on agrarian dynamics and local populations. The research follows a qualitative approach, based on a literature review and document analysis, using data from the 2017 Agricultural Census. The study discusses changes in land use, the expansion of the agricultural frontier, and the role of the state in promoting corporate agribusiness at the expense of family farming. The results indicate that land concentration remains high, with large properties controlling most of the land. Despite being essential for food production and employment generation, family farming faces significant challenges in accessing land and effective public policies. Additionally, the development strategies adopted have prioritized agribusiness, leading to land conflicts and environmental degradation. The findings highlight the need for public policies that promote land democratization, strengthen family farming, and ensure environmental sustainability. The study reinforces the importance of a development model that balances economic growth with social justice and natural resource preservation.

Key words: Land structure; Family farming; Land concentration; Regional development; Sustainability.

1. Introdução

As históricas formas de ocupação territorial na Amazônia, sobretudo na Amazônia Oriental, onde se localiza o Estado do Pará, geraram impactos significativos na dinâmica agrária local, principalmente no que tange suas relações socioeconômicas. Conflitos sobre o uso e posse da terra marcaram as disputas entre os grupos oriundos de outras regiões, que além de possuírem



grande capital, possuíam considerável influência política na região, em detrimento às comunidades locais (Costa, 2012; Da Trindade Júnior, 2010).

A falta de recursos necessários para expandir seus processos produtivos impede muitos agricultores familiares de desenvolver plenamente suas atividades. Como resultado, muitos desses produtores, por vezes dispersos e isolados no território, formam cooperativas, associações e outras formas de organização. Essas estruturas não apenas conectam e organizam a produção, mas também facilitam o acesso a recursos financeiros e produtivos. Nesse contexto, políticas de incentivo e crédito tornam-se fundamentais para fomentar investimentos, promover a autonomia e autogestão, e, consequentemente, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar.

A atividade agropecuária, sobretudo a agricultura familiar, é segundo Filgueiras e Herrera (2012), a atividade econômica desenvolvida na maior parte do território paraense e responsável por ocupar expressivo número de pessoas, respondendo pela alimentação e geração de renda de boa parte da população. As mudanças que vêm sendo observadas na agricultura familiar paraense através das políticas regionais inseridas com o escopo de promover um melhor desempenho na produção familiar, tem permitido que haja um fortalecimento do setor, contribuindo para o crescimento econômico regional e, principalmente, na geração de emprego e renda destes produtores. O presente estudo tem como objetivo analisar o processo de ocupação da Amazônia, com ênfase nos impactos sociais, econômicos e ambientais das políticas de desenvolvimento adotadas desde a década de 1960 e examinar a estrutura fundiária e a concentração de terras na Amazônia, com foco no Estado do Pará, identificando os principais atores envolvidos na apropriação do território e seus efeitos sobre as dinâmicas socioeconômicas locais.

Quanto ao seu aspecto metodológico, a pesquisa foi de natureza qualitativa, utilizando de pesquisa bibliográfica e documental. Após esta seção introdutória, o artigo apresenta um referencial teórico dos resultados dos dados catalogados no Censo Agropecuário do IBGE de 2017 e por fim, as considerações finais em torno da problemática apresentada.

2. Desenvolvimento, Fronteiras e Desafios Contemporâneos na Amazônia

2.1. Desafios de Ocupação e Fronteira Amazônica

A questão regional no Brasil sempre foi central no processo de desenvolvimento, especialmente na Amazônia, onde o controle político do vasto território foi uma preocupação constante. Segundo Becker (2010), isso se deve aos ciclos de valorização de produtos da floresta no mercado internacional, seguidos de períodos prolongados de estagnação. Durante as décadas de 1960 e 1980, esse cenário começou a mudar com o início efetivo do planejamento regional na Amazônia, quando o Estado assumiu a responsabilidade de ordenar um novo ciclo de ocupação da região, conforme explica Becker (2010). Esse processo foi parte de uma estratégia geopolítica para a modernização acelerada do território brasileiro.

A expansão da fronteira amazônica tornou-se objeto de amplos debates, envolvendo diferentes perspectivas sobre o papel de pequenos produtores e grandes empreendimentos capitalistas. Crispim (2019) aponta duas vertentes principais nesse debate: de um lado, economistas veem a fronteira como funcional para o desenvolvimento capitalista; de outro, sociólogos defendem a "terra liberta", uma concepção que valoriza a resistência camponesa ao avanço do capital. Apesar das divergências, ambos os lados reconhecem a fronteira como um espaço estratégico para a reprodução do campesinato, seja por sua submissão ao capital, seja por meio de uma lógica anticapitalista.



Nas décadas de 1960 e 1980, a Amazônia passou por intensas transformações, resultado das políticas dos governos militares. O Programa de Integração Nacional (PIN) e a construção da Rodovia Transamazônica foram tentativas de integrar a Amazônia ao projeto de desenvolvimento nacional, aliviando a pressão demográfica e econômica em outras regiões do Brasil, especialmente no Nordeste, e explorando as riquezas naturais da região. Como explica Crispim (2019), essas políticas marcaram a transição de uma abordagem regional, predominante nos anos 1960, para uma perspectiva inter-regional, na qual a migração teve um papel central no processo de colonização oficial.

A construção da Rodovia Transamazônica entre 1970 e 1974 é um exemplo claro dessa estratégia. A estrada tinha como objetivo conectar o Nordeste à Amazônia, facilitando o movimento de pessoas e mercadorias. Mais do que um simples projeto de infraestrutura, a rodovia foi um mecanismo de controle do desenvolvimento espontâneo na região, onde pequenos produtores rurais já estavam se estabelecendo. O autoritarismo capitalista, como esse período foi caracterizado, optou por promover o desenvolvimento de um campesinato de fronteira, combinando colonização oficial com apoio a grandes empreendimentos.

Nesse contexto, a chamada “Operação Amazônia” foi criada, implementando uma série de instrumentos legais, como a substituição da SPVEA pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pelo Banco de Crédito da Amazônia (BCA). A Operação visava demonstrar às elites políticas e econômicas de fora da região o potencial de riqueza da Amazônia, como destacado por Marques (2019). Essa iniciativa também incluiu a construção de infraestrutura, como a rodovia Belém-Brasília, e a oferta de recursos internacionais para investimentos em hidrelétricas, portos e ferrovias (Carvalho e Domingues, 2016).

Os governos militares viam a Amazônia como uma fronteira em expansão, onde a apropriação das terras livres e a construção de novas relações sociais dependiam de interesses diversos. Galuch e Menezes (2020) ressaltam que esse processo foi configurado por ocupações e interesses em diferentes momentos. Assim, a Operação Amazônia visava não apenas o controle do território, mas também a criação de condições que atraíssem capital privado, gerando lucros com baixos riscos e minimizando os custos para os investidores.

Os incentivos estatais se estenderam a vários setores, incluindo a agropecuária. Empresas privadas podiam receber isenções fiscais e obter até 75% do capital necessário para seus empreendimentos, sem a obrigatoriedade de devolver o valor ao governo (Filgueiras e Herrera, 2012). No entanto, isso gerou uma dependência de dinâmicas externas, favorecendo capitalistas de outras regiões e criando conflitos entre as lógicas produtivas locais e os interesses de grandes empresas. Como resultado, trabalhadores rurais e pequenas categorias produtivas foram marginalizados e submetidos a uma nova ordem econômica.

Esse modelo de desenvolvimento, focado no crescimento econômico, intensificou a exploração dos recursos naturais da Amazônia. A prioridade dada ao crescimento relegou a segundo plano a preservação ambiental e a proteção das comunidades tradicionais. Crispim (2019) argumenta que a fronteira amazônica tornou-se central para o desenvolvimento capitalista, servindo como um espaço estratégico onde grandes corporações exerciam controle sobre os meios de produção. A vasta extensão de terras, a riqueza de recursos naturais e a ausência de resistência organizada tornaram a Amazônia uma “reserva energética mundial”, essencial para o capitalismo global.

A apropriação do espaço amazônico foi um processo complexo, envolvendo múltiplos atores. Segundo Becker (2015), o Estado teve um papel fundamental nesse processo, organizando o espaço e assegurando as condições favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo. O planejamento espacial foi um instrumento essencial, permitindo ao Estado



controlar o ritmo de desenvolvimento e promover a coexistência de diferentes formas de produção. Becker também destaca a natureza geopolítica da fronteira, que era moldada por forças internas e externas, adaptadas às condições nacionais.

A fronteira amazônica, além de sua importância econômica, teve uma função política crucial, especialmente no que diz respeito à migração interna. O governo utilizou a região para redistribuir populações excedentes do Nordeste e do Sul, aliviando tensões sociais e criando reservas de mão de obra para projetos estatais e privados. Becker (2015) observa que, após o golpe de 1964, o Estado facilitou a entrada de forças externas, resultando na valorização das terras da fronteira como ativo econômico. Isso atraiu investimentos estrangeiros e nacionais, ao mesmo tempo em que transformava a agricultura num setor dependente de insumos industriais.

A apropriação do espaço na Amazônia não se limitou à concentração fundiária. Becker (1988) argumenta que o Estado, ao administrar áreas de conflito e criar programas como o Programa Grande Carajás, contribuiu para a formação de territórios de exploração econômica em larga escala. A presença de terras livres e a diversidade de atores na apropriação do espaço também proporcionaram uma reestruturação constante da fronteira, permitindo sua adaptação às demandas globais e locais.

A fronteira amazônica, transformada por políticas estatais, continua a ser um espaço em disputa. Herrera (2019) explica que o espaço agrário amazônico é moldado pelo capital, com incentivos fiscais e estímulos para a concentração dos meios de produção nas mãos de grandes empresas. O fluxo de riqueza gerado por essas atividades, contudo, beneficia principalmente acionistas estrangeiros, deixando a região com baixos índices de desenvolvimento humano, como exemplifica o caso de Carajás, que, apesar de seu alto PIB per capita, tem a menor expectativa de vida do estado do Pará (Marques, 2019).

2.2. A Produção da Agricultura Familiar no Brasil e Estado do Pará

A agricultura familiar brasileira é tida como uma das maiores responsáveis pela produção de alimentos do país. Sua produção visa direcionar suas atividades a um alinhamento de desenvolvimento sustentável de produção, prezando pela preservação de suas identidades culturais, terra e origens.

Embora seja uma tarefa difícil definir a agricultura familiar, a Lei nº 11.326/2006 define que são considerados agricultores familiares, aqueles que não detenham, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento; dirija seu estabelecimento com sua família. Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária (BRASIL, 2006).

Abramovay (1998, p.143) explica que a agricultura familiar “é muito mais que um segmento econômico e social claramente delimitado, a agricultura familiar é definida como um valor”, ou seja, o desenvolvimento da agricultura familiar propicia condições sociais favoráveis ao mundo rural, estando também plenamente compatível ao desenvolvimento sustentável e possuindo valores éticos e morais em seu contexto social (Oliveira *et al.*, 2017).

A agricultura familiar apesar de ser uma forma de produção e trabalho bastante presente nas áreas rurais do Brasil, reproduz a precariedade das condições de reprodução econômica dos pequenos agricultores, que é determinada segundo Aquino e Lacerda (2014), por um conjunto complexo de fatores histórico-estruturais, não podendo ser associada apenas à variável climática e, muito menos, à suposta inviabilidade técnica de tais produtores. Desta



forma, a compreensão adequada da agricultura familiar no Brasil necessita de um olhar multidisciplinar para o vasto grupo de agricultores até então “invisíveis” na base da pirâmide social do campo (Aquino; Lacerda, 2014).

Por fim, em se tratando de região, especificamente a Amazônia, Costa (2020) destaca que a economia agrária da Amazônia está baseada em dois modos de produção fundamentais: o camponês e o patronal (ou empresarial capitalista). Os estabelecimentos rurais familiares e os não familiares se distinguem, basicamente, pelo fato de que os primeiros têm a família como principal referência na disponibilidade de mão de obra e na definição das necessidades de consumo (Costa, 2020, p.86). Assim, os estabelecimentos patronais, que se baseiam no trabalho assalariado, orientam-se pela rentabilidade do capital investido no processo produtivo (Costa, 2020, p. 86).

2.3. Divisão Agrícola do Estado do Pará

Com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2018), a Tabela 1 explicita o número de estabelecimentos e a condição dos produtores em relação à posse da terra. O Brasil possui 4.108.639 estabelecimentos cujos proprietários possuem titulação formal, dos quais apenas 17% estão localizados na Amazônia Legal. Apesar de representarem uma parcela pequena, esses 699.553 estabelecimentos da Amazônia concentram 34,5% das terras nacionais sob condição de propriedade, evidenciando uma significativa concentração fundiária. Isso indica que quase um quarto das propriedades individuais regularizadas no Brasil está nas mãos de um grupo relativamente pequeno de pessoas.

No estado do Pará, encontra-se 35% de todos os estabelecimentos da Amazônia Legal classificados como produtores proprietários, um percentual expressivo quando comparado aos 65% restantes dos outros estados da região. Este dado é relevante, pois ressalta a concentração de propriedades no Pará em relação ao total da Amazônia Legal.

Quando se considera a proporção entre hectares e número de estabelecimentos de produtores proprietários, o Pará apresenta uma média de 108 hectares por estabelecimento. Esse valor está acima da média nacional de 76 hectares por estabelecimento, mas abaixo da média da Amazônia, que é de 156 hectares. Como ressalta Herrera (2012), o volume de terras próximo ao módulo rural na Amazônia deveria ser limitado a 100 hectares por família em áreas originalmente pertencentes à União. Essa análise evidencia a concentração de terras e a importância de políticas que promovam a distribuição mais equitativa das propriedades, especialmente na Amazônia, onde a posse da terra tem impactos significativos sobre a dinâmica social e econômica da região.

Tabela 1: Brasil, Amazônia e Pará – Condições dos produtores em relação às terras – 2017

Brasil, Amazônia Legal e Pará	Proprietário		Assentado sem titulação definitiva		Outras Condições*	
	Estab.	(ha)	Estab.	(ha)	Estab.	(ha)
Brasil	4.108.639	316.144.612	258.309	5.916.659	706.376	29.228.546
Amazônia Legal	699.553	109.117.621	70.692	1.302.175	95.607	2.070.846
Pará	244.986	26.549.794	13.332	699.322	23.381	1.170.339

* Leia-se arrendatário, parceiro e ocupante e produtor sem área.

Fonte: Censo 2017, IBGE (2022).

A Tabela 1 revela que os estabelecimentos com produtores proprietários representam 87% dos 281.699 estabelecimentos rurais do Pará. Os demais 13% estão divididos entre



assentados sem titulação definitiva (5%) e produtores em outras condições (8%). A categoria "outras condições" inclui arrendatários, parceiros, ocupantes e produtores sem área, refletindo a precariedade da situação desses trabalhadores, que se encontram em condições de vulnerabilidade, dependência e submissão aos detentores de capital. Nesse contexto, Janoni Neto e Guimarães Neto (2020) destacam que “as diversas práticas de violência foram naturalizadas e ressignificadas como etapas do processo de desenvolvimento e da construção do ‘novo progresso’, associado aos investimentos capitalistas”.

Os estabelecimentos formados por assentados e em outras condições possuem, em média, 50 hectares por unidade. A participação dos assentados da Amazônia em relação ao Brasil é significativa, representando 27,4% do total de estabelecimentos dessa categoria. Esses assentados ocupam 22% das terras sem titulação no país, sendo que mais da metade dessa área (53,7%) está concentrada no Pará. Essa alta concentração de terras sem título na Amazônia contribui para os elevados índices de conflitos agrários na região.

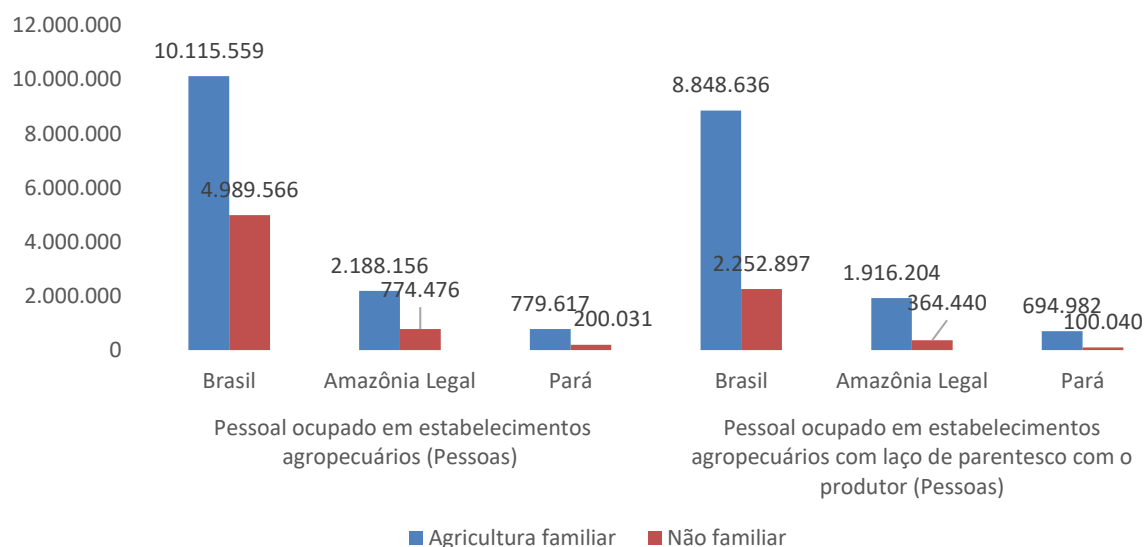
Segundo Janoni Neto e Guimarães Neto (2020), a fragmentação territorial foi fundamental para a implementação da nova ordem econômica, política e social, levando à divisão e segregação das composições étnicas da Amazônia. Herrera (2020) reforça que o aumento das terras assentadas na região foi impulsionado pelas políticas de construção de estradas e pela reorganização do espaço agrário, promovida por meio da criação de diferentes tipos de Unidades de Conservação.

A Figura 1 demonstra a ocupação das pessoas nos estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar. Em 2017, o Brasil contava com um total de 15.105.125 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários. Dessas, 67% estavam envolvidas na agricultura familiar, enquanto 33% pertenciam à categoria de agricultura não familiar. Na Amazônia Legal, 20% dessas pessoas estavam concentradas, somando 2.962.632 indivíduos, dos quais 73,9% (2.188.156 pessoas) faziam parte da agricultura familiar, e 26,1% (774.476 pessoas) eram da agricultura não familiar.

No que se refere às pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários que possuíam laços de parentesco com o produtor, o total registrado foi de 11.101.533 pessoas, sendo que 79,7% pertenciam à agricultura familiar, e 20,3% à não familiar. Na Amazônia Legal, havia 2.280.644 pessoas ocupadas nesse tipo de estabelecimento, representando 20,5% do total do Brasil, das quais 84% estavam na agricultura familiar, e 16% na não familiar.

No estado do Pará, o cenário de 2017 mostrava 795.022 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários com vínculo familiar com o produtor. Destas, 87,4% (694.982 pessoas) estavam ligadas à agricultura familiar, enquanto 12,6% (100.040 pessoas) atuavam na agricultura não familiar.

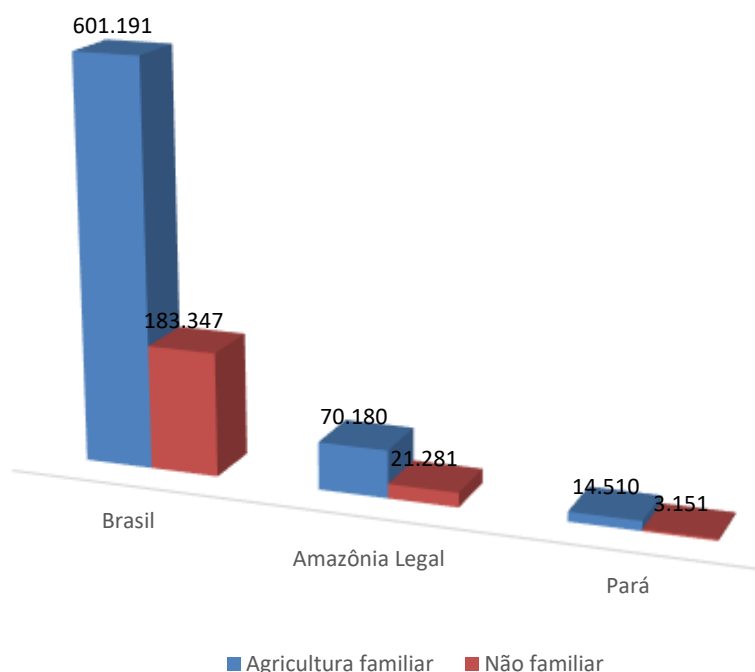
Figura 1: Pessoal ocupado em Estabelecimentos e com laços de parentesco com o produtor: Brasil, Amazônia Legal e Pará, no ano 2017.



Fonte: Censo 2017, IBGE (2022).

Quanto aos incentivos recebidos pelos estabelecimentos agropecuários, a Figura 2 revela que, no Brasil, 76,6% dos estabelecimentos da agricultura familiar (601.191 unidades) receberam investimentos distribuídos nas categorias de investimento, custeio, comercialização e manutenção do estabelecimento. Em contrapartida, 23,4% dos estabelecimentos não familiares (183.347 unidades) foram beneficiados com esses recursos. Na Amazônia Legal, os investimentos alcançaram 12% do total, com 91.461 unidades beneficiadas, das quais 76,6% (70.180 unidades) eram da agricultura familiar e 23,3% (21.281 unidades) da agricultura não familiar. No estado do Pará, 82,2% dos estabelecimentos de agricultura familiar (14.510 unidades) receberam investimentos, enquanto 17,8% (3.151 unidades) dos estabelecimentos não familiares foram contemplados.

Figura 2: Investimentos concedidos para aos estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar em 2006, em unidades.



Fonte: Censo 2017, IBGE (2022).

A Tabela 2 apresenta o número de estabelecimentos e as áreas ocupadas pela produção agropecuária familiar e não familiar, ou empresarial moderna. Os dados revelam uma alta concentração de terras em estabelecimentos de produção não familiar, contrastando com a situação da produção familiar no estado do Pará.

Em 2017, a produção não familiar, representando apenas 17% dos estabelecimentos no Pará, detinha aproximadamente 70% das áreas registradas no estado, totalizando 19.794.861 hectares. Em contrapartida, a produção familiar, apesar de contar com mais de 31% dos estabelecimentos, ocupava apenas 31% das terras, correspondendo a 8.624.592 hectares.

A Tabela 2 também destaca a participação da agricultura familiar e não familiar no estado do Pará em relação ao número de estabelecimentos e à área ocupada na Amazônia Legal. Do total de 865.852 estabelecimentos, 81,1% são de produtores familiares paraenses, enquanto apenas 18,9% são de produtores não familiares. No entanto, essa menor parcela de produtores não familiares detém uma fatia significativa da terra: 78,5% de toda a área da Amazônia Legal, o que corresponde a 130.529.414 hectares.

Tabela 2: Estabelecimentos e área da agropecuária familiar em 2017, no estado do Pará

Categoria	Brasil		Amazônia Legal		Pará	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
Agricultura familiar	3.897.408	80.891.084	702.479	28.092.682	239.737	8.624.592
Não familiar	1.175.916	270.398.732	163.373	102.436.732	41.962	19.794.861
Total	5.073.324	351.289.816	865.852	130.529.414	281.699	28.419.453

Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE (2022).

Já a Tabela 3 ilustra as condições da agricultura familiar em relação às terras em 2017. Observa-se que, embora a agricultura familiar seja maioria em número de estabelecimentos, a maior parte das terras está sob o controle da produção não familiar. Cerca de 70,5% das terras em condição de proprietário estão nas mãos dos produtores não familiares, o que equivale a 18.721.133 hectares. Da mesma forma, as áreas sob outras condições, como arrendatários, parceiros, ocupantes e produtores sem área, também são dominadas pelos não familiares, que detêm 74,6% dessas terras, ou seja, 874.060 hectares.

Em termos de estabelecimentos, nota-se que, na categoria não familiar, dos 41.962 estabelecimentos, 89% estão nas mãos de proprietários, ocupando 94,6% das áreas registradas como pertencentes a essa categoria (19.794.860 hectares). As demais condições, como arrendatários e parceiros, somam 11% dos estabelecimentos e controlam 5,4% das áreas.

Na categoria familiar, a distribuição dos estabelecimentos mostra que 86,6% estão nas mãos de proprietários, enquanto 4,8% são de assentados sem titulação, e 1,2% estão em outras condições. Esses 86,6% de estabelecimentos de proprietários ocupam 90,8% das terras sob posse da produção familiar, enquanto os 9,2% restantes estão divididos entre assentados e outras condições.

Tabela 3: Condições da agropecuária familiar em relação às terras em 2017, no estado do Pará.

Categoria	Proprietário		Assentados sem titulação definitiva		Outras Condições*	
	Estab.	área (ha)	Estab.	área (ha)	Estab.	área (ha)
Familiar	207.603	7.828.660	11.552	499.655	20.582	296.277
Não familiar	37.383	18.721.133	1.780	199.667	2.799	874.060
Total	244.986	26.549.793	13.332	699.322	23.381	1.170.337

Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE (2022).

Os projetos de desenvolvimento voltados à Amazônia geraram significativas transformações econômicas e sociais na região. Segundo Costa (2020), o processo de reorganização do sistema produtivo amazônico segue "conjuntos de soluções comuns", reforçando a ideia de que a parceria entre o Estado e o capital privado é crucial para a ocupação e estruturação do espaço agrário. Embora a estrutura fundiária privilegie os grandes proprietários de capital, é fundamental valorizar e considerar a produção dos pequenos agricultores, especialmente na Amazônia.

Como apontam Filgueiras e Herrera (2012), os pequenos produtores desempenham um papel essencial na garantia da permanência e reprodução de uma parte significativa da população residente na região amazônica. Além disso, são responsáveis por uma parcela expressiva da produção total de alimentos necessária para a população regional.

A análise dos dados sobre a agricultura familiar e não familiar no Pará e na Amazônia Legal revela a forte concentração de terras nas mãos de grandes proprietários não familiares, apesar de a maioria dos estabelecimentos pertencer à agricultura familiar. Essa disparidade fundiária evidencia as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores em termos de acesso à terra, o que reflete diretamente nas condições socioeconômicas da região. Embora a agricultura familiar seja fundamental para a produção de alimentos e a subsistência da população local, os projetos de desenvolvimento na Amazônia historicamente têm privilegiado o capital privado e grandes latifúndios. Portanto, é essencial que políticas públicas sejam fortalecidas para promover uma distribuição mais equitativa de terras, apoiar os pequenos agricultores e mitigar os conflitos agrários que marcam a região.



3. Considerações Finais

As conclusões sobre a expansão da fronteira amazônica e suas consequências, revelam um processo histórico marcado por complexidades e contradições. A análise realizada revela que o desenvolvimento capitalista na Amazônia seguiu uma lógica de exploração intensiva dos recursos naturais e de integração dessa região ao mercado global, o que muitas vezes levou ao aprofundamento das desigualdades sociais. O favorecimento de grandes empresas privadas e latifundiários, muitas vezes por meio de incentivos fiscais e financeiros, deixou um legado de concentração fundiária, que ainda hoje é um dos principais desafios enfrentados pelas populações locais. A agropecuária, especialmente na forma de agricultura familiar, continua a ser uma importante fonte de sustento para grande parte da população rural da Amazônia, mas enfrenta obstáculos significativos em termos de acesso à terra, crédito e infraestrutura.

Outro ponto crucial observado ao longo das últimas décadas é o impacto ambiental das políticas de desenvolvimento na Amazônia. A prioridade dada ao crescimento econômico, com pouca consideração pela preservação ambiental, resultou em taxas alarmantes de desmatamento, perda de biodiversidade e degradação dos ecossistemas.

A fronteira amazônica, ao longo de sua história, tem sido um espaço de disputas entre diferentes lógicas de produção e apropriação do território. A agricultura familiar, embora desempenhe um papel vital para o desenvolvimento, continua marginalizada frente às grandes propriedades e ao agronegócio, como mostram os dados do Censo Agropecuário de 2017. O Estado tem uma responsabilidade fundamental em promover políticas que assegurem a distribuição equitativa das terras, a preservação ambiental e a valorização das práticas agrícolas sustentáveis, respeitando os direitos das comunidades locais e indígenas.

O modelo de desenvolvimento implementado na Amazônia ao longo das últimas décadas, fortemente influenciado pelo capital privado e pela busca de crescimento econômico, trouxe benefícios para alguns setores, mas também resultou em graves desequilíbrios sociais e ambientais. A integração da Amazônia ao mercado global deve ser repensada à luz de uma nova ética de desenvolvimento, que priorize a justiça social, a sustentabilidade ambiental e a valorização das formas de produção locais. O futuro da Amazônia depende da capacidade de seus atores, especialmente o Estado, de criar um equilíbrio entre a exploração econômica e a preservação dos recursos naturais e dos modos de vida tradicionais.



4. Referências

AQUINO, Joacir Rufino de; LACERDA, Marta Aurélia Dantas de. Magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 167-188, 2014.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 15, n. 1, p. 137-157, 1998.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2006.

BECKER, Bertha K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. **Fronteiras. Brasília: Editora UnB**, p. 60-89, 1988.

BECKER, Bertha K. Gestão do território e territorialidade na Amazônia: a CVRD e os garimpeiros na província. In: VIEIRA, Ima Célia Guimarães (org.). **As Amazonas de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica: vol 1**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015b, p. 489-511.

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?. **Parcerias estratégicas**, v. 6, n. 12, p. 135-159, 2010.

CARVALHO, Terciane Sabadini; DOMINGUES, Edson Paulo. Projeção de um cenário econômico e de desmatamento para a Amazônia Legal brasileira entre 2006 e 2030. **Nova Economia**, v. 26, p. 585-621, 2016.

COSTA, F. D. A. **Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)**. Belém: NAEA, v. 1, 2012.

COSTA, F. D. A. Mudança estrutural na economia agrária da Amazônia: uma avaliação inicial usando os censos agropecuários (1995, 2006 e 2017). Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (Ipea). **Boletim regional, urbano e ambiental**. Edição Especial Agricultura 2020.

CRISPIM, Cleidiane Novais Sousa. **Tradição e Capitalismo na Amazônia: modalidades de relação entre homem e terra pela expansão da fronteira do capital**. 2019. 302f. Tese (Doutorado em Economia) Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

DA TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 51: 113-137, 2010.

FIGUEIRAS, Gisalda Carvalho; HERRERA, José Antonio. O segmento da agricultura familiar no estado do Pará: um olhar a partir dos dados do Censo de 2006. **Cadernos Cepec**, v. 1, n. 7-12, 2012.



HERRERA, José Antônio. Desenvolvimento Capitalista e a Realidade da Produção Agropecuária Familiar na Amazônia Paraense. 2012. 344f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017#características-produtores> . Acesso em: 01 de out. 2022.

GALUCH, Mariana Vieira; MENEZES, Thereza Cristina Cardoso. Da reforma agrária ao agronegócio: notas sobre dinâmicas territoriais na fronteira agropecuária amazônica a partir do município de Apuí (Sul do Amazonas). **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 2, p. 388-412, 2020.

JANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Amazônia: Políticas governamentais, práticas de ‘colonização’ e controle do território na ditadura militar (1964-85). **Anuario IEHS**, v. 34, n. 1, p. 99-122, 2019.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia:** riqueza, degradação e saque. São Paulo: Expressão Popular, v1, 2019.

OLIVEIRA, Diego Alves; CORRÊA, Alan Tiago; FILGUEIRAS, Gisalda Carvalho; CARVALHO, André Cutrim. A Distribuição Espacial do Crédito PRONAF no Estado do Pará entre 2000 à 2015. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia e Rural (SOBER), 55º, 2017, Santa Maria. **Anais do 55º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, p. 1-20. 2017.